

DIREITO CONSTITUCIONAL
QUILOMBOLA

Lumen Juris | Editora

www.lumenjuris.com.br

Editores

João de Almeida
João Luiz da Silva Almeida

Conselho Editorial

Adriano Pilatti
Alexandre Morais da Rosa
Ana Alice De Carli
Beatriz Souza Costa
Bleine Queiroz Caúla
Caroline Regina dos Santos
Daniele Maghelly Menezes Moreira
Diego Araujo Campos
Emerson Garcia
Firly Nascimento Filho
Flávio Ahmed
Frederico Price Grechi
Geraldo L. M. Prado

Gina Vidal Marcilio Pompeu
Gisele Cittadino
Gustavo Noronha de Ávila
Gustavo Sénéchal de Goffredo
Helena Elias Pinto
Jean Carlos Fernandes
Jerson Carneiro Gonçalves Junior
João Carlos Souto
João Marcelo de Lima Assafim
João Theotônio Mendes de Almeida Jr.
José Emílio Medaur
Leonardo El-Amme Souza e Silva da Cunha
Lúcio Antônio Chamon Junior

Luigi Bonizzato
Luis Carlos Alcoforado
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Manoel Messias Peixinho
Marcellus Polastri Lima
Marcelo Ribeiro Uchôa
Marco Aurélio Bezerra de Melo
Ricardo Lodi Ribeiro
Roberto C. Vale Ferreira
Sérgio André Rocha
Victor Gameiro Drummond
Sidney Guerra

Conselheiro benemérito: Marcos Juruena Villela Souto (*in memoriam*)

Conselho Consultivo

Andreya Mendes de Almeida Scherer Navarro
Antonio Carlos Martins Soares
Artur de Brito Gueiros Souza

Caio de Oliveira Lima
Francisco de Assis M. Tavares
Ricardo Máximo Gomes Ferraz

Filiais

Sede: Rio de Janeiro
Centro – Rua da Assembléia, 36,
salas 201 a 204.
CEP: 20011-000 – Centro – RJ
Tel. (21) 2224-0305

São Paulo (Distribuidor)
Rua Correia Vasques, 48 –
CEP: 04038-010
Vila Clementino – São Paulo – SP
Telefax (11) 5908-0240

Minas Gerais (Divulgação)
Sergio Ricardo de Souza
sergio@lumenjuris.com.br
Belo Horizonte – MG
Tel. (31) 9296-1764

Santa Catarina (Divulgação)
Cristiano Alfama Mabilia
cristiano@lumenjuris.com.br
Florianópolis – SC
Tel. (48) 9981-9353

FERNANDO GALLARDO VIEIRA PRIOSTE &
EDUARDO FERNANDES DE ARAÚJO

DIREITO CONSTITUCIONAL
QUILOMBOLA:
ANÁLISES SOBRE A AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3239

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2015

Copyright © 2015 by Fernando Gallardo Vieira Prioste e
Eduardo Fernandes de Araújo

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Sumário

Apresentação	1
Os Povos Invisíveis (Carlos Frederico Marés de Souza Filho)	7
A CONAQ na Defesa do Decreto 4887 de 2003 (CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas)	13
I. Atuação da CONAQ na Conquista do Decreto 4887 de 2003	13
II. Auto Reconhecimento como Quilombo	15
III. A Importância do Decreto nº 4887 de 2003	15
Quilombos no Supremo Tribunal Federal: Decreto 4887/03 e a Efetividade da Constituição (Fernando G. V. Prioste)	21
I. Introdução	21
II. Contornos Gerais do Voto e suas Conseqüências Políticas e Jurídicas	22
III. Art. 68 do ADCT da CF - Norma com Natureza de Direito Fundamental – Aplicabilidade Imediata	25
IV. Aplicabilidade das Normas Constitucionais – Poder Dever do STF – Impossibilidade de Negar Aplicação e Vigência ao Texto Constitucional	29
V. Natureza Regulamentar do Decreto Federal 4887/03 e a Densidade Normativa do Art. 68 do ADCT da CF	36

VI. Aplicabilidade dos Direitos	
Constitucionais – Grupos Minoritários - Função	
Contramajoritária do Supremo Tribunal Federal	52
VII. Conclusão	55
Referências Bibliográficas	57
Quilombos na América Latina:	
Uma Experiência Continental (Girolamo D. Treccani)	59
I. Introdução	59
II. A Corte Interamericana	
de Direitos Humanos, a	
Convenção nº 169 da OIT e as Comunidades Negras	70
III. A Corte Interamericana de	
Direitos Humanos e Aplicação da Convenção	
Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José)	76
IV. Autoidentificação como Critério	
de Identificação do Componente Étnico-racial	78
V. Autoaplicabilidade dos Direitos Humanos	79
VI. O Artigo 68 do ACT não	
criou uma Modalidade Especial de Usucapião	83
Referências Bibliográficas	85
Direito a Autodefinição (Igor Almeida)	87
I. O Direito a Autodefinição	
como um Direito Fundamental	91
Convencimento Judicial e Luta por Direitos no STF:	
Uma Análise a Partir da ADI 3.239 (Aline Caldeira Lopes)	99
I. Introdução	99
II. Conflitos Agrários e Disputas em Torno da Lei	100
III. A Interpretação Judicial e o	
Reconhecimento de Territórios Quilombolas no STF	107
Referências Bibliográficas	115

Acesso à Terra/Território: Perspectiva(s) Interdisciplinar(es)	
do Direito (Eduardo F. de Araújo)	119
Referências Bibliográficas.....	136
ADI 3239 - Sustentação Oral da então Vice Procuradora Geral	
da República (Debora Macedo Duprat de Britto Pereira)	139

